

Banco GMAC S.A.

*Demonstrações Financeiras Consolidadas
em IFRS Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do
Banco GMAC S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco GMAC S.A. e suas controladas (“Banco”), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.


Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco GMAC S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

Outros assuntos

O Banco GMAC S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, datado de 22 de março de 2013.

São Paulo, 20 de agosto de 2013


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5



Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

31 de dezembro de 2012

Banco GMAC S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

Índice

1- Relatório dos auditores independentes	1
2- Demonstração consolidada da posição patrimonial	2
3- Demonstração consolidada do resultado e resultado abrangente	3
5- Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	5
6- Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	6
7- Notas explicativas às Demonstrações financeiras consolidadas	7

Banco GMAC S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

Índice das Notas explicativas às Demonstrações financeiras consolidadas

- 1- Contexto operacional
- 2- Políticas contábeis
 - 2.1- Base de preparação
 - 2.2- Uso de premissas, estimativas e julgamentos
 - 2.3- Resumo das principais práticas contábeis
 - 2.3.1- Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
 - 2.4- Reconciliação dos saldos de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil
- 3- Resultado líquido de juros e similares
- 4- Resultado líquido com ativos financeiros mantidos para negociação
- 5- Outras receitas e despesas operacionais
- 6 - Valor justo de instrumentos financeiros
- 7- Caixa e equivalentes de caixa
- 8- Ativos financeiros mantidos para negociação
- 9- Empréstimos e adiantamentos a clientes
- 10- Ativo imobilizado
- 11- Ativos intangíveis
- 12- Outros ativos
- 13- Depósitos de instituições financeiras
- 14- Depósitos de clientes
- 15- Outros passivos financeiros ao custo amortizado
- 16- Imposto de renda
- 17- Provisões
- 18- Outros passivos
- 19- Capital social e reservas
- 20- Partes relacionadas
- 21- Análise de vencimento dos ativos e passivos
- 22- Gestão de risco
 - 22.1- Introdução
 - 22.2- Risco de crédito
 - 22.3- Risco de liquidez
 - 22.4- Risco de mercado
 - 22.5- Risco operacional
- 23- Limites operacionais

Banco GMAC S.A.

Demonstração consolidada da posição patrimonial
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	07	528.939	273.256
Ativos financeiros mantidos para negociação	08	18.664	7.548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	09	7.707.892	6.700.297
Ativo fiscal diferido	16	574.760	421.736
Outros ativos	12	998.681	883.205
Ativo imobilizado	10	5.376	5.292
Ativos intangíveis	11	46	143
Total Ativo		<u>9.834.358</u>	<u>8.291.477</u>
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos de instituições financeiras	13	6.155.561	5.569.731
Depósitos de clientes	14	820.407	325.457
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	15	391.501	135.640
Passivo fiscal corrente	16	164.192	64.975
Provisões	17	845.956	786.606
Outros passivos	18	242.139	198.752
Total Passivo		<u>8.619.756</u>	<u>7.081.161</u>
Patrimônio líquido atribuível ao controlador			
Capital social	19	1.264.353	1.264.353
Reservas		70.836	66.729
Prejuízos acumulados		(120.605)	(120.783)
Total do patrimônio líquido do controlador		<u>1.214.584</u>	<u>1.210.299</u>
Participação de acionistas não controladores		18	17
Total do patrimônio líquido		<u>1.214.602</u>	<u>1.210.316</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>9.834.358</u>	<u>8.291.477</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras consolidadas.

Banco GMAC S.A.

Demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita de juros e similares		1.526.550	1.271.590
Despesa de juros e similares		(734.635)	(676.062)
Resultado líquido de juros e similares	03	791.915	595.528
Perdas (líquidas de recuperação) ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes	09.c	(142.806)	(107.088)
Resultado líquido de juros e similares após <i>impairment</i>		649.109	488.440
Resultado líquido com ativos financeiros para negociação	04	(2.072)	8.909
Outras receitas operacionais	05	80.023	162.755
Despesas de pessoal		(7.158)	(12.501)
Despesas de serviços de terceiros	05	(319.089)	(234.888)
Depreciação de imobilizado	10	(1.651)	(1.463)
Amortização de ativos intangíveis	11	(2.737)	(3.498)
Outras despesas operacionais	05	(261.586)	(302.420)
Lucro operacional antes da tributação sobre o lucro		134.839	105.334
Impostos de renda e contribuição social	16	(14.092)	15.869
Lucro líquido do exercício		120.747	121.203
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		120.747	121.203
Atribuível à Controladora		120.746	121.202
Atribuível aos minoritários		1	1
Lucro líquido por ação básico e diluído – Em R\$ - por lote de mil ações (representado por 1.046.874.906 ações)		115,34	115,78

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras consolidadas.

Banco GMAC S.A.

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	Patrimônio líquido atribuível à Controladora			Total do patrimônio líquido do controlador	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Reservas	Lucros / (Prejuízos) Acumulados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		1.046.875	120.225	(47.701)	1.119.399	16	1.119.415
Lucro líquido do exercício		-	-	121.202	121.202	1	121.203
Aumento de capital	19.a	217.478	(68.721)	(148.757)	-	-	-
Destinações:							
Reservas	19	-	15.225	(15.225)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	19	-	-	(30.302)	(30.302)	-	(30.302)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.264.353	66.729	(120.783)	1.210.299	17	1.210.316
Lucro líquido do exercício		-	-	120.746	120.746	1	120.747
Destinações:							
Reservas	19	-	4.487	(4.487)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	19	-	(380)	(116.081)	(116.461)	-	(116.461)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.264.353	70.836	(120.605)	1.214.584	18	1.214.602

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não há montantes de Outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras consolidadas.

Banco GMAC S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		57.488	247.147
Lucro líquido		120.747	121.203
Itens não monetários incluídos no lucro antes dos impostos		(63.259)	125.944
Depreciação	10	1.651	1.463
Amortização		97	3.498
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos a clientes	09.c	142.806	107.088
Atualização para depósito em garantia		(40.832)	(29.577)
Provisões		77.351	59.341
Impostos correntes e diferidos		(244.332)	(15.869)
Ajustes relacionados com:			
Variação em ativos e passivos operacionais		387.321	(24.907)
(Aumento)/Redução em ativos financeiros mantidos para negociação		(11.116)	42.594
(Aumento)/Redução em empréstimos e adiantamentos a clientes		(1.150.403)	(1.491.213)
(Aumento)/Redução em outros ativos		(74.644)	(195.781)
Aumento/(Redução) em depósitos de instituições financeiras		585.830	2.138.848
Aumento/(Redução) em depósitos de clientes		494.950	(300.012)
Aumento/(Redução) em outros passivos financeiros ao custo amortizado		255.861	(164.998)
Aumento/(Redução) em ativos/passivos fiscais		190.524	(5.893)
Aumento/(Redução) em provisões		(18.002)	(138.296)
Aumento/(Redução) em outros passivos		114.321	89.844
Imposto de renda pago		(96.096)	(76.940)
Caixa líquido originado das atividades operacionais		348.713	145.300
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(2.834)	(4.231)
Alienação de imobilizado	10	1.099	2.605
Aquisição de ativos intangíveis	11	-	(1.791)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.735)	(3.417)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre o Capital Próprio pagos		(91.295)	-
Variação de capital de minoritários		-	1
Caixa líquido aplicado nas atividades financeiras		(91.295)	(1)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		255.683	141.882
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro	07	273.256	131.374
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		528.939	273.256
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		255.683	141.882

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras consolidadas.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco GMAC S.A. (Banco), e empresas controladas (Grupo GMAC), conduzem suas operações principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet.

As entidades consideradas na consolidação das Demonstrações financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil. Sua sede está localizada na Avenida Indianópolis, 3.096, na cidade de São Paulo, Brasil.

As Demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 30 de abril de 2013.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 01 de janeiro de 2010, data da adoção inicial. O Banco prepara e divulga as Demonstrações financeiras individuais societárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que estão obrigadas a constituir comitê de auditoria, apresentem Demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e traduzido para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (IASC). A partir de 31 de dezembro de 2010 o Banco passou a se enquadrar nos requerimentos de referida Resolução, devendo assim, elaborar as Demonstrações financeiras consolidadas de acordo com IFRS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, comparativo com 31 de dezembro de 2011.

Na elaboração dessas Demonstrações financeiras consolidadas, o Banco utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.3.

A elaboração foi feita segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mantidos para negociação que foram todos mensurados ao valor justo.

As Demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pressupondo a continuidade de negócios. Não há conhecimento por parte da Administração de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

As Demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais do Brasil (R\$), que é a moeda funcional de todas as entidades, e todos os valores são arredondados para (R\$) milhares de reais, exceto quando estiver indicado de outro modo.

Base de consolidação

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco GMAC S.A., GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (empresa autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil), GMACI Corretora de Seguros S.A. (empresa não financeira) e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias.

A elaboração das Demonstrações financeiras das entidades consolidadas e das subsidiárias do Banco é feita para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades consolidadas foram eliminadas.

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos recursos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

GMACI Corretora de Seguros S.A.

A GMACI Corretora de Seguros S.A. foi constituída em 10 de setembro de 2003 e tem como objetivo social principal a prática de intermediação de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios do Banco GMAC S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias

O FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias é uma comunhão de recursos que tem por principal objetivo a aquisição de direitos creditórios elegíveis originados por meio das operações de financiamento às concessionárias de veículos do Banco. Ele foi criado para proporcionar aos seus Cotistas, no momento da amortização de suas respectivas Cotas, a valorização dos recursos aplicados inicialmente no Fundo, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição final dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados detidos pelo Cedente, por meio do Contrato de Cessão, observada a Política de Investimento.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, que deverá corresponder (i) a 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira Data de Emissão ou (ii) à data em que a última série de Cotas Seniores for integralmente resgatada nos termos do Regulamento, o que ocorrer primeiro, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos eventos de liquidação antecipada do fundo e observadas as disposições do regulamento.

Somente poderão subscrever e/ou adquirir cotas seniores e/ou cotas mezanino do fundo investidores qualificados e/ou investidores que tenham permissão para realizar tal aplicação contida em legislação aplicável e/ou em seu regulamento, observada a responsabilidade dos intermediários, no caso de aquisição em mercado secundário, de assegurar que (i) somente tais investidores poderão adquirir cotas do fundo e (ii) tais investidores sejam requeridos a assinar o termo de adesão ao regulamento, nos termos do Anexo I do regulamento. O cedente não poderá subscrever as cotas seniores, mas (i) poderá subscrever até a totalidade das cotas mezanino, e (ii) necessariamente subscreverá a totalidade das cotas subordinadas.

O Fundo é disciplinado pela Resolução nº 2.907, emitida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN em 29 de novembro de 2001, pela Instrução nº 356, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 17 de dezembro de 2001, alteração posteriores, pelo seu Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A consolidação do Fundo é justificada pelo fato do Banco ser detentor da totalidade das cotas subordinadas e mezanino do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados. Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente.

2.2. Usos de premissas, estimativas e julgamentos

Os resultados do Banco estão sujeitos às estimativas, políticas e premissas contábeis que são inerentes à elaboração de suas Demonstrações financeiras consolidadas. Encontram-se disponíveis na nota explicativa nº 2.3 a descrição das políticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

A elaboração das demonstrações financeiras exige julgamentos, estimativas e premissas, por parte da Administração, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados a título de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas periodicamente. As revisões relativas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em todos os períodos subsequentes afetados.

As áreas referentes a estimativas, incertezas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que tem o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas Demonstrações financeiras são:

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

a) Redução no valor recuperável de ativos financeiros / empréstimos e adiantamentos a clientes

A política contábil do Banco em relação a perdas pela redução no valor recuperável dos empréstimos e adiantamentos a clientes está descrita na nota explicativa nº 2.3 (e). Ao determinar se uma perda no valor recuperável deverá ser registrada na Demonstração consolidada do resultado, o Banco efetua julgamentos sobre a existência de quaisquer dados observáveis que indiquem a ocorrência de uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados. A Administração utiliza estimativas com base na experiência de perdas passadas e de perdas que tenham ocorrido, mas não tenham sido identificadas ao estimar seus fluxos de caixa futuros. A nota explicativa nº 09 detalha a movimentação da provisão para redução no valor recuperável do exercício.

Determinar a adequação da provisão obriga a Administração a exercer um julgamento significativo sobre assuntos que são inerentemente incertos, inclusive o cronograma, a frequência e a gravidade das perdas de crédito que poderia afetar substancialmente a provisão para perdas com empréstimos e adiantamentos a clientes e, portanto, o lucro líquido.

A determinação da provisão é influenciada por inúmeras suposições e muitos fatores que podem afetar as estimativas de perdas, incluindo a volatilidade de perda em caso de probabilidade de inadimplência, de padrão, e migração de classificação. As principais premissas utilizadas no cálculo da provisão incluem: (1) segregação da carteira com base em características de risco comuns; (2) identificação e estimativa de indicadores de carteira e outros fatores que a Administração acredita que são chave para a estimativa das perdas de crédito incorridas, e (3) avaliação do devedor. A Administração monitora a adequação da provisão e faz ajustes das premissas, quando necessário, para refletir uma estimativa das perdas com empréstimos incorridos na data-base de fechamento, com base na melhor informação disponível naquele momento.

b) Avaliação de instrumentos financeiros

A política contábil do Banco em relação à avaliação de instrumentos financeiros encontra-se descrita na nota explicativa nº 2.3 (d). Os valores justos de instrumentos financeiros contabilizados e não cotados em mercados ativos são determinados através de técnicas de avaliação. Preferencialmente, os modelos utilizam apenas dados de valores cotados no mercado. São utilizadas estimativas pela Administração quando não for possível obter dados observáveis. A nota explicativa nº 06 apresenta a avaliação de instrumentos financeiros com mais detalhes.

c) Ativo e passivo fiscal diferido

A política contábil do Banco para o reconhecimento do ativo fiscal diferido e do passivo fiscal diferido está descrita na nota explicativa nº 2.3 (l). Um ativo fiscal diferido é reconhecido quando for provável auferir lucros tributários futuros para compensação com as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo fiscal diferido depende de julgamentos da Administração em relação à probabilidade e à suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias tributáveis existentes e estratégias de planejamento fiscal.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

O montante do ativo fiscal diferido reconhecido é baseado nas evidências disponíveis sobre as condições na data do balanço e exige que a Administração realize julgamentos significativos, principalmente aqueles com base nas estimativas da Administração para o crescimento dos negócios e perdas de crédito. O julgamento da Administração leva em conta o impacto de evidências negativas e positivas, incluindo os resultados financeiros passados e projeções de lucro tributável futuro.

Os passivos fiscais diferidos são compostos por obrigações fiscais e reconhecidos no momento de sua ocorrência. A nota explicativa nº 16 apresenta informações mais detalhadas sobre os impostos diferidos.

d) Provisões para ações judiciais

A política contábil do Banco para reconhecimento das provisões para ações judiciais está descrita na nota explicativa nº 2.3 (m).

As provisões são passivos gerados no passado e que possuem um valor ou um prazo incerto. São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando for considerado provável o risco de perda, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivo contingente é uma possível obrigação gerada por eventos passados, mas que somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração, ou uma obrigação presente de eventos passados que não foi reconhecida por não ser provável um fluxo financeiro de saída de recursos que incorporem os benefícios econômicos exigidos para liquidar a obrigação, ou o valor dessa obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade. Portanto, uma provisão não é reconhecida na Demonstração financeira, sendo apenas divulgada.

A realização de ativos contingentes será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração. Não são reconhecidos nas Demonstrações financeiras, exceto quando da existência de decisão transitada em julgado em última instância.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação - Os itens incluídos nas Demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua, a moeda funcional (reais – R\$), que é também a moeda de apresentação do Grupo GMAC.

Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações originalmente denominadas ou a serem liquidadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pela taxa de câmbio na data do balanço são reconhecidos no resultado.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

b) Receita e despesa líquida de juros e similares

São reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado as receitas e despesas de juros e similares sobre ativos e passivos financeiros utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar receitas ou despesas de juros no respectivo período.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Grupo GMAC estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando as receitas e despesas de taxas e comissões não fazem parte dos juros efetivos e são decorrentes da negociação ou participação na negociação de uma transação com terceiros, são reconhecidos de acordo com a competência à medida que os serviços são prestados.

c) Resultado líquido com ativos financeiros mantidos para negociação

Na rubrica Resultado líquido com ativos financeiros mantidos para negociação são contabilizados os ganhos e perdas realizados e não realizados provenientes do ajuste do valor justo e o resultado relacionado à negociação de referidos ativos financeiros.

d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como: (i) Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, (ii) Instrumentos financeiros disponíveis para venda, (iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou (de natureza ou designados como), (iv) Empréstimos e recebíveis. O Banco determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Investimentos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são investimentos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento estabelecido que o Banco tem intenção e capacidade financeira para manter até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Os rendimentos auferidos a partir desta categoria de ativos são incluídos em "Receita de juros e similares" na conta de resultado.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Investimentos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação quando relevantes. Na data do balanço os juros auferidos são reconhecidos no resultado pela taxa efetiva de juros e as variações no valor justo são registradas e destacadas em uma linha separada no patrimônio líquido "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando da alienação, os resultados não realizados são transferidos do patrimônio líquido para conta de resultado "Resultado de instrumentos financeiros disponíveis para venda". Não há ativos financeiros classificados como investimentos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Instrumentos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

O Banco pode designar seus instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Esse princípio tem como principal objetivo aplicar uma política contábil que torne as demonstrações financeiras mais relevantes e não menos confiáveis, podendo ser aplicado:

- i. Quando essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (algumas vezes referida como um "descasamento contábil") que, de outro modo surgiria; ou
- ii. Quando um grupo de ativos ou passivos financeiros for gerenciado e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento.

O Grupo GMAC não designou nenhum ativo ou passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial nos períodos apresentados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo, não são classificados como disponíveis para venda e o Banco não pretende vender no curto prazo. As operações de crédito são mensuradas inicialmente ao valor justo, que geralmente é refletido na quantia líquida paga no início da transação, incluindo os custos diretamente atribuíveis e certos tipos de taxas ou comissões que são vistos como um ajuste na taxa efetiva de juros sobre o empréstimo. Os empréstimos concedidos e contas a receber, após o reconhecimento original, são mensurados ao custo amortizado. Rendas obtidas com o empréstimo e os juros representam os custos de transação, as taxas e comissões são incluídas no valor inicial do empréstimo, sendo calculados pela taxa efetiva de juros e levado para o lucro ou perda durante o prazo estimado do empréstimo.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos ou incorridos com o objetivo de negociação no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na Demonstração consolidada do resultado na conta Resultado líquido com instrumentos financeiros mantidos para negociação no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação, sendo classificadas na Demonstração consolidada do resultado na linha "Resultado líquido com ativos financeiros para negociação".

(i) Passivos financeiros ao custo amortizado

Depósitos de instituições financeiras e de clientes são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros, a qual desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do instrumento. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro. As despesas de juros correspondentes destes instrumentos financeiros são incluídas na Demonstração consolidada do resultado na conta de Despesas de juros e similares.

(ii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente os ativos e passivos financeiros são compensados e é apresentado no balanço patrimonial o valor líquido. Não há compensação de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

e) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Banco avalia periodicamente a existência de evidências objetivas de que um ativo financeiro ou uma carteira de ativos financeiros sofreu redução em seu valor recuperável. As reduções somente podem ser consideradas incorridas caso existam evidências objetivas de redução no valor recuperável como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo e antes da data do balanço patrimonial, e que possam ser estimados de forma confiável os impactos nos fluxos de caixa futuros desse evento (ou eventos).

As evidências objetivas de que um ativo financeiro sofreu reduções em seu valor recuperável incluem dados observáveis que podem ser percebidos pelo Banco nos seguintes eventos de perda:

- descumprimento das relações contratuais, gerando quebra de contrato;
- início do processo de falência;
- problemas financeiros significantes do emissor ou credor;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

- dados observáveis indicando que houve redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma carteira de ativos financeiros desde seu reconhecimento inicial, mesmo que essa redução ainda não possa ser identificada em relação aos ativos financeiros individuais da carteira, incluindo:
 - i. alterações negativas na condição de pagamento dos devedores na carteira; e
 - ii. condições econômicas, locais ou nacionais, relacionadas a inadimplementos sobre os ativos da carteira.

O Banco avalia se há evidência objetiva de redução no valor recuperável para ativos financeiros que sejam individualmente significativos e individualmente ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

O valor da perda por redução no valor recuperável é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, sendo descontado à taxa de juros efetiva original do ativo para os empréstimos e adiantamentos, que levam em consideração (dentre outros) os percentuais de perda histórica. Reconhece-se uma provisão para o montante da perda incluindo-a na Demonstração consolidada do resultado.

Os ativos financeiros cuja redução no valor recuperável não tenha sido determinada individualmente são agrupados para determinação dessa redução em conjunto. A avaliação conjunta inclui uma avaliação das perdas históricas.

O Banco mantém uma provisão para perdas com redução ao valor recuperável (provisão) para absorver as prováveis perdas de empréstimos e adiantamentos a clientes. A provisão é mantida a um nível em que a Administração considera adequada com base em avaliações trimestrais, avaliações de exigibilidade e experiência histórica de perdas da carteira.

A perda no valor recuperável reconhecida será revertida através do ajuste na provisão se o montante da perda no valor recuperável diminuir em um período posterior e essa redução puder estar relacionada de maneira objetiva a um evento ocorrido após o reconhecimento da redução no valor recuperável. O montante da reversão é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado.

As operações de varejo consistem em empréstimos com características homogêneas e saldos individuais não significativos. Excluindo certas operações que são identificadas como individualmente *impaired*, a provisão para a carteira de varejo é avaliada coletivamente. A provisão é baseada em avaliações da carteira que começam com estimativas de perdas incorridas com base em várias análises estatísticas. O Banco alavanca modelos estatísticos, incluindo análises antigas e de migração, com base em tendências de perdas recentes, para assim desenvolver uma reserva de perda incorrida sistematicamente. Estes modelos de previsão de perda estatística são utilizados para estimar perdas e considerar vários indicadores de crédito de qualidade, incluindo, mas não se limitando à perda do histórico de experiência, bloqueios estimados ou padrões baseados em tendências observáveis, inadimplência, e as tendências gerais econômicas e de negócios. A Administração acredita que estes fatores são relevantes para estimar as perdas sofridas e são atualizados em uma base trimestral, a fim de incorporar as informações que refletem o atual ambiente econômico, como as alterações dos pressupostos que poderiam ter um impacto significativo. A fim de desenvolver a melhor estimativa de perdas prováveis inerentes à carteira de crédito, a Administração revisa e analisa a saída dos modelos e pode ajustar as reservas levando em consideração os fatores ambientais, qualitativos e outros que não podem ser capturados nos modelos. A Administração revisa, atualiza e valida seu processo sistemático e pressupostos de perda em uma base periódica. Este processo envolve a análise das informações de perda, uma revisão das tendências de perda e de crédito, uma avaliação retrospectiva de informações de perda real para as previsões de perdas, e outras análises.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

As operações de atacado são compostas por empréstimos com características heterogêneas e saldos individuais significativos. Estes empréstimos são avaliados individualmente e o risco é mensurado com base no devedor e em informações específicas da indústria, que a Administração acredita ser relevante para determinar a ocorrência de um evento de perda e mensurar a provisão. Um empréstimo é considerado *impaired* quando é provável que não seja capaz de liquidar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais, com base em informações e eventos atuais. A Administração estabelece provisões específicas para operações de atacado determinadas a ser *impaired* individualmente com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontada a taxa dos empréstimos de juros efetiva. Além das provisões específicas para empréstimos *impaired*, os empréstimos que não são identificados individualmente como *impaired* são agrupados com base nas características semelhantes do risco e avaliações coletivas. Estas provisões são baseadas na experiência histórica de perdas, concentrações, condições econômicas atuais e as tendências de desempenho dentro de localizações geográficas específicas. A experiência histórica de perdas da carteira de atacado é atualizada trimestralmente para incorporar os mais recentes dados que reflitam o ambiente econômico atual.

Um empréstimo, quando irrecuperável, será baixado contra a provisão para redução em seu valor recuperável. Esses empréstimos são baixados após a determinação do montante da perda e a conclusão de todos os procedimentos necessários.

O Banco não considera garantias no desenvolvimento da metodologia de cálculo da redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes.

f) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios, o Grupo GMAC avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo ou ativo.

Títulos vinculados a recompra e cessões de crédito com coobrigação não são reconhecidos porque o Grupo GMAC retém substancialmente todos os riscos e benefícios na extensão em que existe, respectivamente, um compromisso de recomprá-los a um valor predeterminado ou de realizar pagamentos até uma determinada faixa no caso de inadimplência do devedor original.

A baixa de passivos financeiros é feita quando há a extinção deles, quando é realizado o pagamento, seu cancelamento ou há a sua expiração.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

g) Reclassificação de ativos financeiros

As reclassificações de ativos financeiros classificados como "mantidos para negociação" são permitidas em circunstâncias específicas. Os ativos financeiros classificados como disponíveis para negociação podem ser reclassificados para outra categoria se no curto prazo este ativo não for mais mantido para negociação. Deverão ser reclassificados os ativos financeiros mantidos até o vencimento quando não houver a intenção ou a capacidade financeira de mantê-lo até o vencimento. Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reclassificados quando houver intenção de negociação por parte da Administração e o aparecimento de um mercado frequentemente negociado. Para se reclassificar um instrumento financeiro mensurado a valor justo através do resultado, os ganhos e perdas já reconhecidos no resultado não serão revertidos e o valor justo do instrumento financeiro na data de sua reclassificação deverão se tornar o seu novo custo.

Não há reclassificações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

h) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos substancialmente por gastos com a aquisição ou desenvolvimento de logiciais, e suas amortizações são efetuadas pelo prazo de vida útil estimado.

Desenvolvimento de software

Os custos relativos ao desenvolvimento ou à manutenção de programas de *software* de informática são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os custos diretamente associados à produção de aplicativos de *software* exclusivos e identificáveis, controlados pelo Grupo GMAC e que provavelmente irão gerar benefícios econômicos superiores aos custos após um ano são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- a Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados na preparação do *software* para uso.

Os ativos intangíveis com vida útil finita (definida) têm seus valores amortizados durante sua vida útil estimada.

Os ativos intangíveis com vida útil não definida não são amortizados, sendo apenas testados por *impairment*.

i) Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

- Veículos - 20%
- Móveis e equipamentos de uso - 10%
- Sistema de comunicação - 10%
- Sistema de processamento de dados (equipamento) - 10%

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.

Ao final de cada exercício, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.

j) Redução no valor recuperável de ativos intangíveis e ativo imobilizado

Na data-base de divulgação das Demonstrações financeiras, o Banco tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não financeiro pode ser irrecuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo. Ativos intangíveis de vida útil indefinida, que não sofrem amortização, devem ser testados no mínimo anualmente para *impairment*.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Na avaliação da Administração, não há indícios de perda por *impairment* de ativos não financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

k) Arrendamentos financeiros e operacionais - Arrendador

Os arrendamentos operacionais representam as operações de arrendamento que não são classificadas como arrendamentos financeiros. Quando o Banco arrenda equipamentos e há uma transferência de todos os riscos e benefícios de sua titularidade ao arrendatário, a operação será contabilizada como arrendamento financeiro.

É incluído na conta empréstimos e adiantamentos a clientes o investimento líquido em arrendamentos financeiros, já as receitas brutas no prazo do arrendamento são rateadas de modo a gerar uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica Receita de juros e similares na Demonstração consolidada do resultado. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

Os ativos mantidos para fins de arrendamento a terceiros sob a forma de arrendamentos operacionais são apresentados na rubrica Ativo Imobilizado e depreciados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Os pagamentos a receber são contabilizados linearmente ao longo do prazo do contrato de arrendamento e apresentados na rubrica Outras receitas operacionais na Demonstração consolidada do resultado. Não há ativos de arrendamentos operacionais a terceiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Valores residuais

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido a incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

l) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15% sobre o lucro real.

São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na Demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas Demonstrações financeiras e apresentados pelo seu valor líquido.

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na Demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias e a provisão para as obrigações fiscais diferidas são registrados na rubrica Ativo fiscal diferido e apresentados pelo seu valor líquido.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

- ativos contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- provisões - são reconhecidas nas Demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;
- obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;
- os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes.

n) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras e operações compromissadas com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

o) Valor justo

Para mensuração do valor justo e critérios de hierarquia, o Banco utiliza premissas de acordo com cada tipo de instrumento financeiro e através de dados disponíveis no mercado. As informações detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 06.

p) Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reservas de capital, Reservas de lucros e Participações de acionistas não controladores. O Capital Social e as reservas estão detalhados na nota explicativa nº 19. O Capital Social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

2.3.1. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi prevista, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e CVM:

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" - a principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- IAS 19 - "Benefícios a Empregados" - foi alterada em junho de 2011 - os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorrerem, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Administração está avaliando os impactos da sua adoção.
- IAS 27 - Demonstrações Financeiras Individuais (2011) mantém as exigências relativas às demonstrações financeiras separadas. As demais partes do IAS 27 (2008) são substituídas pelo IFRS 10.
- IAS 28 - Investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto (2011) alterou o IAS 28 Investimentos em Coligadas (2008) para confirmar mudanças com base na emissão de IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.
- IAS 32 - "Instrumentos Financeiros" - essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros" - em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" - apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto" - emitido em maio de 2011, a norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades" - trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo" - emitido em maio de 2011, o objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e USGAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou USGAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Administração do Grupo GMAC entende que a adoção das normas e interpretações anteriormente mencionadas não terá efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, exceto para o IFRS 9, que o Banco está analisando os impactos decorrentes da adoção desta norma.

2.4. Reconciliação dos ajustes entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições Financeiras Autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e o IFRS.

Reconciliação dos ajustes no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio líquido divulgado de acordo com as Políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN:	1.334.891	1.327.535
Ajustes em IFRS:		
Provisão para perda no valor recuperável de ativos financeiros	A (6.338)	(34.126)
Método de taxa de juros efetiva em empréstimos e adiantamentos a clientes	B (134.697)	(125.988)
Cessão de crédito com coobrigação	C (169.386)	(202.615)
Diferimento de Comissões de Consórcios e de Seguros	D 109.940	48.113
Provisão para dividendos	E -	71.551
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido sobre os ajustes de IFRS	F 80.192	125.846
Patrimônio líquido apurado de acordo com o IFRS:	1.214.602	1.210.316

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Reconciliação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Lucro líquido do Exercício divulgado de acordo com as Políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN:	52.266	233.062
Ajustes de IFRS:		
Provisão para perda no valor recuperável de ativos financeiros	A 27.788	(35.844)
Método de taxa de juros efetiva em empréstimos e adiantamentos a clientes	B (8.709)	(40.939)
Cessão de créditos com coobrigação	C 33.229	(136.476)
Diferimento de Comissões de Consórcios e de Seguros	D 61.827	26.827
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido sobre os ajustes de IFRS	F (45.654)	74.573
Lucro líquido do Exercício de acordo com o IFRS:	120.747	121.203

A- Provisão para perda no valor recuperável de ativos financeiros

Para fins do IFRS, em cada data do balanço patrimonial o Banco considera se existe há evidência objetiva de que um ativo financeiro individual ou de que uma carteira de ativos financeiros está com indicação de redução no valor recuperável. Quando há evidência de que um evento de desvalorização ocorreu após a data do reconhecimento inicial do ativo, mas antes da data do balanço patrimonial, e for determinado que os eventos de desvalorização terão um impacto nas estimativas de futuros fluxos de caixa do ativo financeiro individual ou de uma carteira de ativos financeiros, a redução ao valor recuperável é reconhecida baseado no valor contábil atual do instrumento financeiro na data do balanço patrimonial, comparado com o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, considerando a taxa de juros efetiva do instrumento.

No BR GAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional – CMN, considerando-se a classificação das operações em níveis de risco que estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

As diferenças entre o cálculo de redução ao valor recuperável segundo o IAS 39 e aquela que o Banco considera para fins do BR GAAP, e o retorno da carteira de contratos cedidos (nota explicativa nº 2.4 C) resultaram neste ajuste.

B- Método de taxa de juros efetiva em empréstimos e adiantamentos a clientes

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as tarifas bancárias, tarifas de abertura de crédito inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos.

Segundo as Políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

C- Cessão de crédito com coobrigação

O Banco realiza cessões de crédito com coobrigação com outras instituições financeiras, ou seja, os contratos vendidos servem como garantia de uma linha de crédito disponibilizada pelas instituições financeiras destinadas a financiar as atividades. Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos cujos vencimentos ocorrerão até 2016.

A partir de 1º de janeiro de 2012 passou a vigorar a Resolução nº 3.533/08 do Conselho Monetário Nacional, que estabeleceu novos critérios contábeis para a baixa de ativos cedidos onde há retenção substancial de riscos, como no caso das cessões de crédito com coobrigação e cessões para fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) com aquisição de cotas subordinadas. Anteriormente à Resolução 3.533, de acordo com o BR GAAP nas cessões realizadas pelo Banco com coobrigação, os contratos cedidos eram baixados da carteira ativa e o resultado apurado com a venda dos contratos era reconhecida na data da realização da cessão. Assim para fins de IFRS (IAS 39), em relação às cessões de crédito realizadas antes da Resolução 3.533, foi recomposto e registrado o ativo transferido com retenção de riscos e benefícios e registrado o passivo referente à coobrigação na operação de cessão de crédito. A receita (despesa) apurada na época da cessão de crédito é reconhecida no resultado durante o período de vigência dos respectivos contratos.

Os saldos de despesas antecipadas e receitas diferidas relacionadas às cessões de crédito realizadas antes da Resolução 3.533 foram recompostos e registrados no ativo e passivo, respectivamente, que integram os custos e receitas de transação. Adicionalmente os saldos foram reclassificados para rubrica de Empréstimos e adiantamentos e clientes.

D- Diferimento de Comissões de Consórcios e de Seguros

Referem-se às receitas de comissões de vendas de cotas de consórcio e comissões de corretagem de seguros. Segundo o IFRS, as receitas são diferidas pelo período de validades dos contratos de consórcio e apólices dos seguros.

Segundo as Políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, essas comissões são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

E- Provisão para dividendos

Os dividendos declarados após a data do balanço não devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras na data de encerramento do exercício, de acordo com o IAS 10. Baseado no exposto foi realizado ajuste para que a parcela superior ao dividendo mínimo obrigatório.

F- Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os ajustes de IFRS

Para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágio, reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais, é requerida pelo IAS 12 a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os ajustes de Contribuição Social e de Imposto de Renda diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS, quando aplicável.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

3. Resultado líquido de juros e similares

	2012	2011
Receita de juros e similares		
Operações compromissadas	29.743	16.523
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.292.545	1.102.832
Rendas com taxa de administração	63.675	45.374
Rendas de corretagens de seguros	18.283	12.199
Outros	122.304	94.662
Total de receita de juros e similares	1.526.550	1.271.590
Despesas de juros e similares		
Despesa de captação	(722.037)	(363.920)
Despesa de serviços do sistema financeiro	(6.953)	(6.695)
Operações compromissadas	(5.645)	(305.447)
Total de despesas de juros e similares	(734.635)	(676.062)
Resultado líquido de juros e similares	791.915	595.528

4. Resultado líquido com ativos financeiros mantidos para negociação

	2012	2011
<i>Titulos da dívida pública</i>		
Letra Financeira do Tesouro – LFT	(2.072)	8.909
Total	(2.072)	8.909

5. Outras receitas, despesas operacionais e despesas de serviços de terceiros

	2012	2011
Outras receitas operacionais		
Taxa de permanência	691	478
Rendas com variação cambial - empréstimos em moeda estrangeira	29	1.129
Reversão de provisões operacionais	17.009	84.780
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14.030	19.761
Atualizações de depósitos judiciais	40.174	50.063
Receita em alienação de bens	1.997	529
Receitas com taxas de manutenção	3.206	3.313
Outras receitas	2.887	2.702
Total de outras receitas operacionais	80.023	162.755
Outras despesas operacionais		
Despesas com variações monetárias	(9.345)	(13.404)
Despesas com ações cíveis	(19.744)	(88.158)
Despesas judiciais	(9.850)	(5.786)
Despesas de transporte	(1.254)	(1.276)
Despesas com <i>marketing</i>	(5.047)	(6.384)
Despesas de comunicação	(14.632)	(12.044)
Despesas de aluguel	(3.752)	(3.504)
Despesas com materiais	(597)	(414)
Despesas com processamento de dados	(27.287)	(17.238)
Despesa com provisões e contingências	(41.168)	(33.521)
Despesas tributárias	(84.802)	(68.236)
Despesas com alienação de bens	(708)	(390)
Despesas com contribuições com fundo garantidor de crédito	(5.551)	(5.001)

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas administrativas	(18.655)	(11.041)
Despesas com variação cambial	(21)	(662)
Outras despesas	<u>(19.173)</u>	<u>(35.361)</u>
Total de outras despesas operacionais	(261.586)	(302.420)
Despesas de serviços de terceiros		
Despesa de serviço técnico especializado	(25.084)	(19.922)
Despesa com concessionárias	(181.493)	(121.875)
Despesa de alienação de veículos	(15.484)	(13.624)
Despesas de serviços prestados pela GMPS (i)	(84.141)	(69.859)
Outras despesas	<u>(12.887)</u>	<u>(9.608)</u>
Total das despesas de serviços de terceiros	(319.089)	(234.888)

(i) Refere-se a despesas de serviços prestados pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda.

6. Valor justo de instrumentos financeiros

a) Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;

Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os *inputs* significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e

Nível 3: técnicas de valorização nas quais os *inputs* significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	<u>31 de dezembro de 2012</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros mantidos para negociação				
<i>Títulos da dívida pública</i>	18.664	-	-	18.664
Letra Financeira do Tesouro – LFT				
Total	<u>18.664</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.664</u>
	<u>31 de dezembro de 2011</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros mantidos para negociação				
<i>Títulos da dívida pública</i>	7.548	-	-	7.548
Letra Financeira do Tesouro – LFT				
Total	<u>7.548</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.548</u>

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre os níveis no período.

As técnicas de valorização incorporam estimativas sobre as premissas que um participante de mercado utilizaria para valorizar os instrumentos.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

b) Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos mantidos para negociação incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

As metodologias adotadas para definição do valor de mercado visam atualizar os ativos, integrantes da carteira, por uma estimativa mais próxima possível dos valores praticados no mercado financeiro. O preço de mercado é obtido através de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros com taxas e cotações divulgadas pela ANBIMA, CETIP e BM&F Bovespa.

Os valores de emissão das LFTs foram atualizados da taxa SELIC média (da data de emissão até a data de encerramento do exercício). Os valores apurados foram descontados pela taxa de ágio / deságio, para as respectivas datas de vencimento dos papéis, apurados no mercado secundário e divulgadas pela ANBIMA.

c) Valor justo

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Banco.

	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	528.939	528.939	273.256	273.256
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7.858.555	8.917.140	6.826.404	7.395.237
Total	8.387.494	9.446.079	7.099.660	7.668.493
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras	6.155.561	6.446.155	5.569.731	5.798.077
Depósitos de clientes	820.407	820.407	325.457	325.715
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	391.501	391.501	135.640	135.640
Total	7.367.469	7.658.063	6.030.828	6.259.432

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Banco baseadas em uma série de metodologias e premissas

Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados a valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre sua originação e expectativa de realização.

O valor justo da rubrica Empréstimos e adiantamentos a clientes é apurado através do cálculo do valor presente do fluxo financeiro futuro da carteira de operações de crédito na data-base de fechamento. A taxa utilizada para o cálculo corresponde à taxa média contratada nas operações concedidas no mês de fechamento do exercício.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

A metodologia de mensuração do valor justo das rubricas Depósitos de instituições financeiras e Depósitos de clientes utiliza uma amostra de contratos de operações de crédito para calcular o ganho ou perda de cada contrato em uma possível venda da carteira, através das taxas de cessão de crédito praticadas pelo mercado. O fator a ser aplicado para calcular o valor justo das rubricas refere-se à taxa média dos ganhos ou perdas calculados ponderados pelo valor total dos contratos analisados.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Disponibilidades em moeda nacional	1.723	16.551
Disponibilidades em moeda estrangeira	121	104
Operações compromissadas	527.095	256.601
Total	<u>528.939</u>	<u>273.256</u>

8. Ativos financeiros mantidos para negociação

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<i>Títulos da dívida pública</i>		
Letra Financeira do tesouro – LFT	18.664	7.548
Total	<u>18.664</u>	<u>7.548</u>

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição da carteira

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Varejo		
Operação de crédito	6.368.187	5.011.987
Operação de <i>leasing</i>	238.973	579.754
Atacado	1.251.395	1.234.663
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	7.858.555	6.826.404
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável – Varejo	(140.583)	(123.360)
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável – Atacado	(10.080)	(2.747)
Total líquido de empréstimos e adiantamentos a clientes	<u>7.707.892</u>	<u>6.700.297</u>

b) Composição da carteira por indexadores

	<u>31/12/2012</u>		<u>31/12/2011</u>	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	6.607.160	84,08%	5.591.741	81,91%
Pós-fixado	1.251.395	15,92%	1.234.663	18,09%
Total	<u>7.858.555</u>	<u>100,00%</u>	<u>6.826.404</u>	<u>100,00%</u>

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

c) Provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos a clientes

A tabela abaixo apresenta a conciliação da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos a clientes.

	2012		
	Varejo	Atacado	Total
Em 31 de dezembro de 2011	(123.360)	(2.747)	(126.107)
(Constituições) / Reversões	(135.473)	(7.333)	(142.806)
Baixados	118.250	-	118.250
Em 31 de dezembro de 2012	(140.583)	(10.080)	(150.663)
Provisão individual	-	(10.080)	(10.080)
Provisão coletiva	(140.583)	-	(140.583)

	2011		
	Varejo	Atacado	Total
Em 31 de dezembro de 2010	(67.101)	(1.537)	(68.638)
(Constituições) / Reversões	(105.878)	(1.210)	(107.088)
Baixados	49.619	-	49.619
Em 31 de dezembro de 2011	(123.360)	(2.747)	(126.107)
Provisão individual	-	(2.747)	(2.747)
Provisão coletiva	(123.360)	-	(123.360)

d) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 11.483 (R\$ 35.320 em 31 de dezembro de 2011).

e) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2012 existiam contratos renegociados no valor de R\$ 2.510 (R\$17.838 em 31 de dezembro de 2011).

10. Ativo imobilizado

A tabela abaixo apresenta a conciliação da movimentação do ativo imobilizado por grupo:

	Móveis e equipamento: de uso	Sistemas de comunicação	Sistema de processamento de dados	Veículos	Total
Custo					
Em 31 de dezembro de 2011	2.159	32	2.248	4.696	9.135
Aquisições	436	-	36	2.362	2.834
Alienações	-	-	-	(1.854)	(1.854)
Em 31 de dezembro de 2012	2.595	32	2.284	5.204	10.115
Depreciação Acumulada					
Em 31 de dezembro de 2011	(1.242)	(22)	(1.329)	(1.250)	(3.843)
Adições	(237)	(7)	(389)	(1.018)	(1.651)
Baixas	8	-	6	741	755
Em 31 de dezembro de 2012	(1.471)	(29)	(1.712)	(1.527)	(4.739)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2012	1.124	3	572	3.677	5.376

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

	Ativos e equipamentos: de uso	Sistemas de comunicação	Sistema de processamento de dados	Veículos	Total
Custo					
Em 31 de dezembro de 2010	2.496	300	3.724	3.788	10.308
Aquisições	1.183	31	968	2.049	4.231
Alienações	(1.520)	(299)	(2.444)	(1.141)	(5.404)
Em 31 de dezembro de 2011	2.159	32	2.248	4.696	9.135
Depreciação Acumulada					
Em 31 de dezembro de 2010	(1.369)	(282)	(2.705)	(823)	(5.179)
Adições	(256)	(9)	(361)	(837)	(1.463)
Baixas	383	269	1.737	410	2.799
Em 31 de dezembro de 2011	(1.242)	(22)	(1.329)	(1.250)	(3.843)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2011	917	10	919	3.446	5.292

As despesas com depreciação estão registradas na linha Depreciação de imobilizado na Demonstração consolidada do resultado.

11. Ativos intangíveis

A tabela abaixo apresenta a conciliação da movimentação do ativo intangível por grupo:

	Software	Outros Intangíveis	Total
Custo			
Em 31 de dezembro de 2011	49.037	2.766	51.803
Baixas	(36.676)	(2.766)	(39.442)
Em 31 de dezembro de 2012	12.361	-	12.361
Amortização acumulada			
Em 31 de dezembro de 2011	(48.894)	(2.766)	(51.660)
Baixas	36.579	2.766	39.345
Em 31 de dezembro de 2012	(12.315)	-	(12.315)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2012	46	-	46
Custo			
Em 31 de dezembro de 2010	50.645	2.766	53.411
Adições	67	-	67
Baixas	(1.675)	-	(1.675)
Em 31 de dezembro de 2011	49.037	2.766	51.803
Amortização acumulada			
Em 31 de dezembro de 2010	(48.795)	(2.766)	(51.561)
Adições	(3.498)	-	(3.498)
Baixas	3.399	-	3.399
Em 31 de dezembro de 2011	(48.894)	(2.766)	(51.660)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2011	143	-	143

As despesas com amortização estão registradas na linha Amortização de ativos intangíveis na Demonstração consolidada do resultado.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

12. Outros ativos

	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos Judiciais (nota nº 17)	810.914	754.784
Adiantamento para pagamentos	238	201
Impostos e contribuições a compensar	97.554	79.563
Despesas antecipadas	6.539	4.972
Valores a receber – sociedades ligadas (nota nº 20)	19.011	26.478
Outros	64.425	17.207
Total de outros ativos	998.681	883.205

13. Depósitos de instituições financeiras

	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos interfinanceiros (i)	2.439.401	2.203.847
Antecipação de recebíveis	6.705	286.827
Cessão de recebíveis	3.709.241	3.075.112
Outros	214	3.945
Total	6.155.561	5.569.731

- (i) São representados por Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI e Certificados de depósitos Bancários – CDB com vencimentos até janeiro de 2015, sujeitos a encargos financeiros médios de 13,50% ao ano e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do CDI.

14. Depósitos de clientes

	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos a prazo (i)	820.407	325.457
Total	820.407	325.457

- (i) São representados por Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI e Certificados de depósitos Bancários – CDB com vencimentos até janeiro de 2015, sujeitos a encargos financeiros variáveis entre 9,96% e 13,50% ao ano e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do CDI, IPCA ou da SELIC.

15. Outros passivos financeiros ao custo amortizado

	31/12/2012	31/12/2011
Captação via emissão de Cotas Seniores de FIDC	250.496	108.232
Valores a pagar à sociedade administradora	27	52
Cessão de crédito	5.299	4.446
Credores diversos	34	22.910
Obrigações por emissão de letras financeiras (i)	135.645	-
Total	391.501	135.640

- (i) São representados por Títulos de Crédito emitidos pelo Banco, com vencimentos até 15 junho de 2015, com remuneração Pós-Fixada entre 118% e 121% atrelada a variação do indexador de mercado CDI.

16. Imposto de renda

Os componentes da despesa de imposto de renda do exercício são:

	2012	2011
Imposto corrente		
- Imposto de renda e contribuição social corrente	(167.116)	(67.380)
Imposto diferido		
- Relacionada à originação e reversão de diferenças temporárias	153.024	83.249
Total	(14.092)	15.869

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Conciliação da despesa total de impostos

A conciliação entre a despesa de imposto e o lucro contábil apurado pela alíquota de imposto para o exercício findo em 31 de dezembro é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro contábil antes dos impostos	134.839	105.334
Imposto de renda à alíquota nominal de 40% (IRPJ + CSLL)	(53.935)	(42.133)
Efeito da adoção de diferentes alíquotas de imposto	(984)	2.464
Juros sobre o capital	17.813	29.060
Amortização de intangível	25.706	28.043
Prejuízo fiscal não registrado – GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	-	(380)
Outras adições/exclusões permanentes	(2.692)	(1.185)
Despesa de imposto de renda apresentada na demonstração consolidada do resultado	(14.092)	15.869
Alíquota efetiva de imposto de renda	(10,45%)	15,07%

Imposto de renda diferido

	<u>2012</u>			<u>2011</u>	
	<u>Ativo fiscal diferido</u>			<u>Ativo fiscal diferido</u>	
	<u>Banco</u>	<u>Consórcio</u>		<u>Banco</u>	<u>Consórcio</u>
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	257.675	26.288	}	319.896	137
Provisões riscos cíveis, trabalhistas e tributárias	240.525	8.225	l	217.533	7.918
Provisão para perda ao valor recuperável	126.717	143	}	81.286	147
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência	(136.972)	-)	(309.138)	-
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais	(111.849)	(5.589))	(97.708)	(5.277)
Outras diferenças temporárias	78.177	11.228	}	73.189	7.907
Ajustes IFRS	80.192	-	}	125.846	-
	<u>534.465</u>	<u>40.295</u>		<u>410.904</u>	<u>10.832</u>
Total	574.760			421.736	

Movimentação dos Impostos Diferidos

	<u>31/12/2012</u>	<u>Constituições/ (Realizações) Líquidas</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Constituições/ (Realizações) Líquidas</u>	<u>31/12/2010</u>
	Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	283.963	(36.070)	320.033	(37.770)
Provisões riscos cíveis, trabalhistas e tributárias	248.750	23.299	225.451	(36.528)	261.979
Provisão para devedores duvidosos	126.860	45.427	81.433	14.660	66.773
Outras diferenças temporárias	89.405	8.309	81.096	11.541	69.555
Provisão para IR diferido sobre superveniência	(136.971)	172.167	(309.138)	51.309	(360.447)
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais	(117.439)	(14.454)	(102.985)	(9.405)	(93.580)
Ajustes IFRS	80.192	(45.654)	125.846	74.573	51.273
Total Líquido	574.760	153.024	421.736	68.380	353.356

17. Provisões

A movimentação das provisões durante o exercício e a segregação entre prazos estimados de encerramento das ações (até 1 ano e acima de 1 ano) estão apresentadas abaixo:

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31 de Dezembro de 2010	754.057	42.412	69.091	865.560
Constituição (Reversões) líquidas do período	(23.625)	(500)	(54.829)	(78.954)
Em 31 de dezembro de 2011	730.432	41.912	14.262	786.606
Constituição (Reversões) líquidas do período	65.940	(10.140)	3.550	59.350
Em 31 de dezembro de 2012	796.372	31.772	17.812	845.956
Depósitos em garantia – Outros Ativos	773.778	14.688	22.448	810.914

Segregação entre prazos

	2012		2011	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>
Ações Judiciais				
Provisão para riscos fiscais	-	796.372	-	730.432
Provisão para riscos trabalhistas	-	31.772	-	41.912
Provisão para riscos cíveis	-	17.812	-	14.262
Total	-	845.956	-	786.606

Ações judiciais

As entidades do grupo são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Referem-se basicamente a obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

PIS/COFINS – (R\$ 303.018; R\$ 261.860 em 2011) – as principais teses em discussão são:

- (i) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS e COFINS por serem as empresas (Banco GMAC S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.) não empregadoras a partir de dezembro de 1996;
- (ii) mandado de segurança impetrado para garantir às impetrantes o direito de recolher o PIS e a COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

CSLL - (R\$ 328.291; R\$ 319.448 em 2011) – as principais teses em discussão são:

- (i) ação visando à restituição de quantias indevidamente pagas a título de CSLL nos anos-base 1992 a 1996 (novembro de 1996) por serem as empresas (Banco GMAC S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.) não empregadoras;
- (ii) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por serem empresas não empregadoras;

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

- (iii) mandado de segurança impetrado para garantir o direito do Banco GMAC de recolher a CSLL sobre o lucro líquido nos anos-base de 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando, com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94 que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia;
- (iv) mandado de segurança para assegurar à impetrante, Banco GMAC S.A., o direito de recolher a CSLL sobre o lucro líquido no ano base de 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95 que instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia; e
- (v) mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito das impetrantes de corrigir seu balanços financeiros aplicando-se o expurgo inflacionário verificado no período de janeiro de 1989 (plano verão) correspondente à diferença entre a Obrigação do Tesouro Nacional OTN-Fiscal e o Índice de Preços do Consumidor - IPC, para efeito de cálculo da CSLL, aplicado no Banco GMAC S.A.

IRPJ - (R\$ 72.241; R\$ 69.936 em 2011) – a principal tese em discussão é:

- (i) mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito da impetrante, Banco GMAC S.A., de corrigir seus balanços financeiros aplicando-se o expurgo inflacionário verificado no período de janeiro de 1989 (plano verão) correspondente à diferença entre a OTN-Fiscal e o IPC, para efeito de cálculo da IRPJ.

Provisão para riscos fiscais

Referem-se basicamente a riscos fiscais relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial de autos de infração, provisionados com base na avaliação dos assessores jurídicos, como segue:

ISS - (R\$ 77.858; R\$ 64.437 em 2011) – refere-se a discussões de processos administrativos e judiciais perante vários municípios, que exigem o pagamento do ISS sobre receitas de "leasing" como se o serviço tivesse sido prestado naquelas localidades e não no local de sede da empresa prestadora. As provisões relativas ao ISS foram constituídas em 50% do valor em risco, considerando o histórico de êxito na solução de tais autuações na esfera administrativa judicial.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

Os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas são ou podem vir a ser superiores ao valor das provisões cíveis constituídas em função da exigência judicial da efetivação de tais depósitos judiciais para continuar discutindo as referidas causas. Contudo, a avaliação do risco de perda provável da administração e dos seus assessores legais é inferior ao montante dos valores depositados.

Resumo de passivos contingentes, causas classificadas com risco de perda possível

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o Banco reconhece no passivo os passivos contingentes com causas classificadas com risco de perdas prováveis e somente evidencia em nota explicativa os passivos contingentes que se referem às causas classificadas com risco de perda possível, conforme abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Trabalhistas	4.227	7.927
Cíveis	13.847	9.201
Total	<u>18.074</u>	<u>17.128</u>

Além das causas referentes aos descritivos acima incluídos, o Banco é parte em ação impetrada pelo Ministério Público, que questiona a atualização de contratos de arrendamento mercantil indexados ao dólar referentes ao período de janeiro de 1999 até janeiro de 2004, cujo valor em discussão é de R\$ 4.415.

18. Outros passivos

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Obrigações com grupos e consórcio/consorciados	65.253	61.787
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	32.490	7.346
Impostos e contribuições diversas a pagar	16.235	26.910
Repasses GMB (i)	58.159	34.165
Pagamentos a fornecedores	34.526	48.336
Obrigações sociais e estatutárias	35.476	19.745
Outros	-	463
	<u>242.139</u>	<u>198.752</u>

(i) - Refere-se substancialmente a financiamentos da modalidade denominada *Floor Plan*, os quais são pagos à General Motors do Brasil - GMB no primeiro dia útil subsequente à compra.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

19. Capital social e reservas

a) Capital Social

Em 20 de janeiro de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social no valor de R\$217.478, oriundo de lucro acumulados, passando o capital social de R\$1.046.875 para R\$1.264.353, sem a emissão de novas ações, sendo o capital representado por 1.046.874.906 ações ordinárias, com valor referencial de R\$ 1,21 (um real e vinte e um centavos). O referido aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 7 de março de 2012.

b) Reservas

O saldo de reservas em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 70.836 (R\$ 66.729 em 2011) é constituído com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações legais, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2012 a reserva legal constituída foi de R\$ 65.409 (R\$62.780 em 2011).

c) Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. Dividendos intermediários e intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Em 2012, os acionistas dispensaram os dividendos obrigatórios previstos no Estatuto e posteriormente a Administração deliberou sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio na forma de dividendos extraordinários.

20. Partes relacionadas

O Banco define como partes relacionadas os Diretores, seus familiares próximos, parentes e suas subsidiárias e companhias associadas.

Remuneração da Administração

A remuneração agregada à Diretoria é estabelecida conforme política de remuneração do Grupo GMAC.

Benefícios de curto prazo

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e honorários da diretoria executiva		
Remuneração fixa	5.869	3.308
Remuneração variável	2.169	1.296
Outras	293	472
	<u>8.331</u>	<u>5.076</u>

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

Outras informações – operações de crédito

Conforme normas vigentes, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias ou diretores e seus familiares.

Transações com partes relacionadas

Os quadros a seguir apresentam os saldos com partes relacionadas no final dos exercícios e montantes reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado durante os anos de 2012 e 2011.

	2012		
	Controladora(1)	Outras partes relacionadas	
		GMB(2)	GMACPS(3)
Ativo			
Outros ativos	-	18.768	244
Total	-	18.768	244
Passivo			
Captações em Depósitos a prazo	-	-	(25.588)
Outros Passivos	-	(58.158)	-
Total	-	(58.158)	(25.588)
Receita/(Despesa)			
Despesa de juros	-	-	(1.612)
Outras receitas operacionais	-	84.700	-
Outras despesas operacionais	-	-	(84.141)
Total	-	84.700	(85.753)
	2011		
	Controladora(1)	Outras partes relacionadas	
		GMB(2)	GMACPS(3)
Ativo			
Outros ativos	4.621	21.857	-
Total	4.621	21.857	-
Passivo			
Captações em Depósitos a prazo	-	-	(19.274)
Outros passivos	-	-	(3.368)
Total	-	-	(22.642)
Receita/(Despesa)			
Despesa de juros	-	-	(818)
Outras receitas operacionais	-	14.917	-
Outras despesas operacionais	-	(179)	(69.860)
Total	-	14.738	(70.678)

(1) *Ally Financial Inc.*

(2) General Motors do Brasil Ltda. A GMB é responsável pelo fornecimento de veículos às concessionárias para que assim o Banco possa atender as necessidades de capital de giro das concessionárias através das operações de atacado.

(3) GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda. A GMACPS presta serviços para a GMB e é controlada pela *Ally Financial Inc.*

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

Os saldos apresentados nas duas tabelas anteriores surgiram do curso regular dos negócios. Os juros cobrados nas transações de partes relacionadas respeitam as taxas de mercado. Não houve garantias prestadas ou recebidas em nenhuma transação efetuada entre partes relacionadas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não foram realizadas provisões para devedores duvidosos relacionados a valores devidos por partes relacionadas.

21. Análise de vencimento dos ativos e passivos

A tabela a seguir mostra os ativos e passivos do Banco agrupados por vencimento com base no período remanescente na data do balanço até a data do vencimento contratual. Para alguns grupos que não possuem vencimento contratual definido são utilizadas premissas internas de vencimento.

	2012		
	Até 1 ano	Acima de 1 anos	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	528.939	-	528.939
Ativos financeiros mantidos para negociação	-	18.664	18.664
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.653.277	4.054.615	7.707.892
Ativo imobilizado	-	5.376	5.376
Ativos intangíveis	-	46	46
Ativo fiscal diferido	109.057	465.703	574.760
Outros ativos	172.268	826.413	998.681
Total de ativos	4.463.541	5.370.817	9.834.358
Passivos			
Depósitos de instituições financeiras	3.945.523	2.210.038	6.155.561
Depósitos de clientes	370.850	449.557	820.407
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	14.720	376.781	391.501
Passivo fiscal corrente	164.192	-	164.192
Provisões	-	845.956	845.956
Outros passivos	124.992	117.147	242.139
Total de passivos	4.620.277	3.999.479	8.619.756
Ativos líquidos	(156.736)	1.371.338	1.214.602

	2011		
	Até 1 ano	Acima de 1 anos	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	273.256	-	273.256
Ativos financeiros mantidos para negociação	-	7.548	7.548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.320.467	4.379.830	6.700.297
Ativo imobilizado	-	5.292	5.292
Ativos intangíveis	-	143	143
Ativo fiscal diferido	353.822	67.914	421.736
Outros ativos	771.394	111.811	883.205
Total de ativos	3.718.939	4.572.538	8.291.477
Passivos			
Depósitos de instituições financeiras	3.029.185	2.540.546	5.569.731
Depósitos de clientes	131.371	194.086	325.457
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	135.640	-	135.640
Passivo fiscal corrente	64.975	-	64.975
Provisões	-	786.606	786.606
Outros passivos	152.804	45.948	198.752
Total de passivos	3.513.975	3.567.186	7.081.161
Ativos líquidos	204.964	1.406.921	1.210.316

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

22. Gestão de risco

22.1. Introdução

Dada a natureza de suas atividades, o Grupo GMAC está sujeito aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

Como boa prática, o Banco assume e gerencia os riscos inerentes as suas atividades e tem como filosofia investir esforços significativos no entendimento da natureza e potenciais efeitos dos riscos que assume, buscando precificar adequadamente os produtos e definir as melhores práticas a serem aplicadas diariamente no negócio.

O Grupo GMAC dissemina a filosofia em todos os níveis da organização, de tal forma que qualquer pessoa, a qualquer momento, possa e deva apontar riscos que eventualmente não são óbvios, assegurando que os mesmos sejam suficientemente avaliados e levados em consideração.

Capital e liquidez são críticos para a sustentabilidade da organização, sendo assim, o Banco gerencia o equilíbrio entre o risco e o retorno das transações, sem ultrapassar os níveis aceitáveis de capital e liquidez.

As políticas, métodos e estratégias de gerenciamento de riscos adotadas pela organização visam:

- proteger o Grupo GMAC no curto e longo prazo, garantindo a viabilidade do negócio;
- ser reconhecido pela transparência e valores por nossos clientes, saudáveis por nossos acionistas, competentes e confiáveis por nossos reguladores;
- evitar comportamentos ou eventos que possam prejudicar significativamente a organização.

Para viabilizar o processo de mitigação de risco, o Banco possuiu uma estrutura de gerenciamento de risco formada por comitês, envolvendo os níveis Executivo e Administração.

Comissão de Gestão de Riscos (CGR)

A CGR é responsável pela vigilância do programa de risco corporativo, tendo como foco a integração e adaptação da cultura de risco global ao âmbito local, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco, e tem como principais competências:

- monitoramento macro do apetite de risco definido pela organização;
- criação, alteração e determinação do escopo de atuação de Grupos Executivos relacionados à Gestão de Riscos;
- supervisão da atuação dos Grupos Executivos;
- aprovação de documentos de gestão de risco a serem oficialmente publicados.

São membros permanentes do CGR: Diretor Presidente (MD); Diretor de Riscos (Presidente da CGR); Diretor de Riscos de Crédito Atacado; Diretor Financeiro (CFO); Diretor Tesouraria; Diretor de *Compliance*; Diretor Jurídico.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Atualmente os seguintes grupos executivos estão estabelecidos e possuem como Presidente o Diretor de Riscos da organização:

- Grupo Executivo de Risco Operacional (GERO);
- Grupo Executivo de Risco de Crédito (GERC);
- Grupo Executivo de Risco de Mercado (GERM);
- Grupo Executivo de Risco de Liquidez (GERL);
- Grupo Executivo de Gestão de Capital (GEGC).

As principais responsabilidades dos grupos executivos são:

- definir, aprovar e revisar anualmente as políticas, limites operacionais e indicadores de risco;
- aprovar normas e procedimentos para gestão adequada dos riscos;
- avaliar dos riscos de novos produtos;
- avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- planejar e acompanhar as metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição;
- garantir que a estrutura de gestão de riscos e capital esteja adequada às necessidades da instituição;
- analisar e acompanhar dos indicadores de risco e capital;
- definir e acompanhar plano de ação, caso necessário.

A Auditoria Interna é a responsável pela revisão do processo de gerenciamento de risco; validação das metodologias e modelos de classificação e quantificação dos riscos e verificação do cumprimento das políticas estabelecidas.

A estrutura existente garante que a cultura de gestão de riscos e capital permeie todos os níveis e departamentos da instituição otimizando o desempenho da empresa e protegendo os clientes e acionistas.

22.2. Risco de crédito

Define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Para assegurar a mitigação do risco de crédito nas atividades realizadas, o Banco definiu um comitê responsável pelo gerenciamento do risco de crédito na organização:

Grupo Executivo de Risco de Crédito (GERC)

Estabelecido pelo CGR o Grupo Executivo de Risco de Crédito (GERC) tem como objetivo controlar o risco de crédito de acordo com a estratégia adotada pela organização em consonância com a matriz global (Ally Financial Inc.), requerimentos do novo acordo da Basileia (BIS II) e às exigências dos reguladores.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

O GERC é subdividido em dois grupos distintos, sendo eles:

A. Grupo Executivo de Risco de Crédito Varejo (GERCV): responsável pela carteira de crédito Varejo

Principais Competências:

- responsável pela vigilância do programa de risco de crédito varejo corporativo: integração e adaptação da cultura de risco Global ao âmbito local, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco;
- receber informação sobre os assuntos relevantes de risco de crédito varejo que devem conhecer e decidir: novos produtos, alterações relevantes, planos, campanhas de mídia;
- discutir problemas internos ou externos à organização que possam impactar gravemente ou inviabilizar o atingimento dos principais objetivos de risco de crédito e consequentemente do Banco;
- aprovar e revisar anualmente as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito varejo e suas diretrizes;
- garantir que as estratégias corporativas do Grupo GMAC (gerenciamento de risco de crédito, políticas e delegações de autoridade) estejam adequadas à estrutura local da empresa;
- realizar uma revisão periódica sobre a qualidade das carteiras de crédito baseadas em performance, taxa de aprovação, safras, tendência de qualidade dos ativos, tipos de riscos, etc.;
- acompanhar os resultados das carteiras (projeção x realizado) e propor ações destinadas a mitigar e resolver a possível deterioração dos riscos de crédito;
- supervisionar para que os modelos de decisão cumpram os padrões de qualidade definidos;
- garantir que o tratamento das exceções aos limites estabelecidos dentro das Políticas sejam cumpridos;
- levantar as preocupações e identificar oportunidades de maximizar resultados de negócios.

Membros Permanentes: Diretor Presidente (MD); Diretor de Riscos; Diretor Financeiro (CFO); Diretor de Crédito Varejo; Diretor de Operações (Cobrança); Diretor Comercial / Produtos.

B. Grupo Executivo de Risco de Crédito Atacado (GERCA): responsável pela carteira de crédito Atacado

Principais Competências:

- responsável pela vigilância do programa de risco de crédito atacado corporativo: integração e adaptação da cultura de risco Global ao âmbito local, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco;
- receber informação sobre os assuntos relevantes de risco de crédito atacado que devem conhecer e decidir: novos produtos, alterações relevantes, planos, campanhas de mídia;
- discutir problemas internos ou externos a organização que possam impactar gravemente ou inviabilizar o atingimento dos principais objetivos de risco de crédito e consequentemente do Banco;
- aprovar e revisar anualmente as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito atacado e suas diretrizes;
- realizar uma revisão periódica sobre a qualidade das carteiras de crédito atacado;
- levantar as preocupações e identificar oportunidades de maximizar resultados de negócios.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Membros Permanentes: Diretor Presidente (MD); Diretor de Riscos Atacado; Diretor de Crédito Atacado; Diretor de Riscos.

Políticas, estratégias e mensuração

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito e cobrança do Banco estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo GERC e abrangem os seguintes pontos: Informações cadastrais, capacidade de pagamento do cliente, tipo de produto, prazo da operação, percentual de entrada, tipo de garantia, modelos estatísticos (somente varejo), análise julgamental, ações de cobrança e indicadores. São abordadas também as regras do teste de estresse realizado anualmente.

As políticas são revisadas anualmente, porém caso necessário, alterações motivadas pelos indicadores da carteira de crédito, estratégia comercial e operacional podem ser submetidas à aprovação do GERC extraordinariamente.

Com o objetivo de manter o risco de crédito em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada pelo Banco, a área de risco monitora os indicadores de crédito e cobrança, e caso haja necessidade, estabelece correções imediatas conforme o planejamento e estratégia adotada pela organização.

Visando a manutenção do risco de crédito em níveis adequados, de acordo com a estratégia adotada pelo Banco, a área de risco apresenta mensalmente ou tempestivamente caso necessário, os indicadores de crédito, cobrança e análises realizadas para a Administração (Reunião mensal do GERC).

O Banco utiliza-se das melhores práticas empregadas pelo mercado para mensurar o risco de crédito, tais como: acompanhamento do processo de iniciação, análise do perfil do cliente, índices de inadimplência, análise de safras, concentração de riscos, efetividade da recuperação de crédito e aderência dos processos às políticas.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito, demonstrada abaixo, não considera garantias obtidas ou melhorias de crédito que não se qualificam para compensação.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa	528.939	273.256
Ativos financeiros mantidos para negociação	18.664	7.548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7.707.892	6.700.297
Total	<u>8.255.495</u>	<u>6.981.101</u>

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Concentrações

A tabela abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por região geográfica das operações de empréstimo.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Centro Oeste	596.812	600.760
Nordeste	1.551.916	1.511.480
Norte	391.482	373.127
Sudeste	4.111.243	3.079.277
Sul	1.207.102	1.261.760
Total	<u>7.858.555</u>	<u>6.826.404</u>

A tabela abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por setor econômico:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Pessoa física	6.200.498	5.238.881
Comércio	1.240.428	1.234.663
Outros	417.629	352.860
Total	<u>7.858.555</u>	<u>6.826.404</u>

A tabela abaixo demonstra a exposição dos 10 maiores clientes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Exposição	198.146	211.111
% sobre a carteira total	<u>2,52%</u>	<u>3,09%</u>

Garantias e outros mitigantes de risco de crédito

O Banco analisa e aceita garantias de acordo com os regulamentos internos, que são definidas levando-se em consideração o tipo de operação e risco de crédito da contraparte. A tabela abaixo apresenta os valores recebidos em garantia, segregados por segmento da carteira de crédito.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Varejo	10.387.471	9.500.440
Atacado	4.356.561	2.628.485
Total	<u>14.744.032</u>	<u>12.128.925</u>

As operações de empréstimo de Varejo (Crédito Direto ao Consumidor e *Leasing* Varejo) são garantidas pelo próprio bem (Veículo) através de alienação fiduciária. Caso haja necessidade, durante o processo de avaliação do crédito, podem ser requeridos avalistas como uma garantia adicional da operação.

O total das garantias das operações de varejo representa a soma dos valores de todos os veículos financiados é atualizado mensalmente com base no valor da tabela Molicar. A tabela Molicar é elaborada por empresa privada especializada em pesquisas de mercado de automóveis e informa o valor de mercado dos veículos da frota circulante no país

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

Para a concessão ou renovação dos limites de crédito disponibilizados para o Atacado (as redes de concessionárias) são solicitadas garantias para a operação. Estas garantias podem ser hipotecas, investimentos, carta fiança ou uma combinação das três. Os valores dados como garantia são revistos mensalmente para fins de contabilização em contas de compensação.

Além dos mitigadores mencionados as operações de *Floor Plan* são garantidas pelo objeto da operação (veículo ou peças) através de penhor mercantil.

Qualidade de crédito

A tabela abaixo apresenta a qualidade de crédito por classes de ativos, considerando todos os ativos financeiros expostos a riscos de crédito. Os valores não consideram provisões para perdas com redução ao valor recuperável.

2012					
	Nota	Qualidade alta	Qualidade normal	Qualidade subnormal	Total
Caixa e equivalentes de caixa	07	528.939	-	-	528.939
Ativos financeiros mantidos para negociação	08	18.664	-	-	18.664
Empréstimos e adiantamentos a clientes:	09	7.789.183	27.183	42.189	7.858.555
Atacado		1.251.395	-	-	1.251.395
Varejo		6.537.788	27.183	42.189	6.607.160
Total		8.336.786	27.183	42.189	8.406.158

2011					
	Nota	Qualidade alta	Qualidade normal	Qualidade subnormal	Total
Caixa e equivalentes de caixa	07	273.256	-	-	273.256
Ativos financeiros mantidos para negociação	08	7.548	-	-	7.548
Empréstimos e adiantamentos a clientes:	09	6.729.023	59.358	38.022	6.826.403
Atacado		1.234.662	-	-	1.234.662
Varejo		5.494.361	59.358	38.022	5.591.741
Total		7.009.827	59.358	38.022	7.107.207

A classificação de qualidade de crédito no varejo entre alta, normal e subnormal foi feita levando-se em conta os dias de atraso de recebimentos, sendo os recebimentos com até 15 dias de atraso considerados como qualidade alta, entre 15 e 60 dias qualidade normal e superiores a 60 dias de atraso classificados como subnormal.

Retomada de garantias

O Banco possui área interna responsável pela execução das garantias das operações de crédito em atraso, acionando legalmente os inadimplentes para liquidação dos valores devidos através da retomada e venda dos bens dados em garantia em leilão público.

Durante o exercício de 2012, os bens retomados pelo Banco atingiram o montante de R\$ 22.738 (2011 – R\$ 11.310).

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

O quadro a seguir apresenta o valor contábil dos ativos financeiros cujos termos foram renegociados.

	2012	2011
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.102	9.127
Total	4.102	9.127

Informações Relativas às Operações de Venda ou Transferência de Ativos

Com o objetivo de diversificar suas fontes de financiamento o Banco conta com a venda de ativos de crédito ao mercado e cessão para FIDC como fontes de captação alternativa/complementar para financiar suas atividades.

A. Venda de Ativos de Crédito ao Mercado - (Operações de varejo com exceção de *leasing*)

Para esta modalidade de financiamento o Banco adota a venda com coobrigação, os contratos vendidos servem como garantia de uma linha de crédito disponibilizada pelas instituições financeiras destinadas a financiar as atividades do Banco.

Em casos de inadimplemento dos contratos vendidos, o Banco é responsável pela recompra de todas as operações em tal situação, assumindo assim todo o risco de crédito.

As operações cedidas são registradas nos livros do Banco e a alocação de capital regulatório é constituída conforme estabelecido pela legislação.

	2012	2011
Operações cedidas	3.772.455	2.941.502
Total	3.772.455	2.941.502

B. Cessão para FIDC - (Operações de atacado com exceção de *leasing*)

Na cessão para FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias) também utilizada como instrumento de financiamento, diferentemente da venda de ativos de crédito ao mercado, as operações são liquidadas no momento da cessão. Porém vale ressaltar que o Banco GMAC S.A. detém todas as cotas subordinadas e mezanino do FIDC ficando assim, responsável por todo o risco de crédito das operações cedidas. O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 317.898 (R\$ 102.251 em 2011).

Tanto no processo de venda de ativos de crédito quanto na cessão para FIDC o Banco GMAC S.A. não tem intenção de arbitrar ganho financeiro de curto prazo com a transação, ao contrário disso, paga um prêmio às instituições financeiras pela antecipação dos recebíveis que serão utilizados para o financiamento de suas atividades.

O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas e mezanino do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados. O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Em caso de inadimplência das operações cedidas o Banco não é responsável pela substituição do crédito, garantindo apenas os valores referentes às cotas mezanino e subordinada.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Operações cedidas	317.892	102.251
Total	<u>317.892</u>	<u>102.251</u>

22.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para assegurar a mitigação do risco de liquidez, o Banco definiu um comitê responsável pelo gerenciamento do risco de liquidez na organização:

Grupo Executivo de Risco de Liquidez (GERL)

Estabelecido pelo CGR o Grupo Executivo de Risco de Liquidez (GERL) tem como objetivo controlar o risco de liquidez de acordo com a estratégia adotada pela organização em consonância com a matriz global (Ally Financial Inc.), requerimentos do novo acordo da Basileia (BIS II) e às exigências dos reguladores.

O GERL no Banco apresenta as seguintes competências:

- aprovar e revisar anualmente a política de gerenciamento do Risco de Liquidez e suas diretrizes;
- estabelecer critérios e limites operacionais para controle de liquidez;
- revisar planos de *funding* de médio e longo prazo;
- monitorar estratégia de liquidez e estrutura ótima para nortear a gestão de liquidez e risco de liquidez;
- revisar periodicamente o processo de gerenciamento de ativos e passivos, técnicas e ferramentas para identificar áreas de melhoria;
- receber informação sobre os assuntos relevantes de risco de liquidez que devem conhecer e decidir: novos produtos, alterações relevantes;
- caso necessário, estabelecer planos de ações e acompanhamento.

Membros Permanentes: Diretor Presidente (MD); Diretor de Riscos; Diretor Financeiro (CFO); Diretor de Tesouraria; Diretor de Risco Atacado.

Políticas, estratégias e mensuração

A política relacionada ao risco de liquidez do Banco estabelece as regras definidas e aprovadas pelo GERL e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, fontes de financiamento autorizadas, regras de gerenciamento do caixa, limite operacional, análise dos descasamentos entre ativos e passivos, plano de contingência, indicadores e teste anual de estresse. A política é revisada anualmente, porém caso haja necessidade pode ser revista de forma extraordinária.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

O Banco mantém um nível de liquidez para que possa financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco. A gestão de liquidez é responsabilidade da Tesouraria. A área de Risco realiza um monitoramento independente conforme os limites estabelecidos.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através do relatório de liquidez, neste relatório consta o limite operacional do caixa estabelecido pelo GERL, a projeção do fluxo de ativos e passivos dos próximos 90 dias e o caixa médio.

Os relatórios de liquidez são produzidos de forma independente pela área de risco e enviada para o Diretor de Tesouraria e o Diretor de Risco diariamente.

Mensalmente são convocadas reuniões do GERL onde o monitoramento é apresentado para a Administração. Caso haja necessidade, estas reuniões podem ser realizadas extraordinariamente.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros agrupados com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual

	2012			
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Depósitos de instituições financeiras	1.071.174	2.722.255	2.362.132	6.155.561
Depósitos de clientes	6.170	97.476	716.761	820.407
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	255.856	-	135.645	391.501
Total	1.333.200	2.819.731	3.214.538	7.367.469
Caixa e equivalentes de caixa	528.939	-	-	528.939

	2011			
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Depósitos de instituições financeiras	535.977	2.493.208	2.540.546	5.569.731
Depósitos de clientes	76.011	55.360	194.086	325.457
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	-	135.640	-	135.640
Total	611.988	2.684.208	2.734.632	6.030.828
Caixa e equivalentes de caixa	273.256	-	-	273.256

22.4. Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A Carteira *Trading* (Negociação) consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem.

As operações que não se enquadram nas características de carteira de negociação são classificadas na Carteira *Banking* (Não Negociação), são operações que possuem como característica intrínseca a sua permanência na carteira até seu vencimento, sendo operações com objetivo de médio e longo prazo vislumbrando um fluxo regular.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

O Banco tem como natureza de suas atividades, prover serviços financeiros destinados ao consumidor final pessoa física e jurídica (Crédito para aquisição de veículos com alienação fiduciária) e rede de concessionárias (*Floor Plan* para financiamento do estoque de veículos), a principal fonte geradora de receita da organização é proveniente da intermediação financeira e não da negociação de ativos.

Dada a natureza de sua atividade, o Banco classifica suas exposições como Carteira *Banking*.

Considerando a dinâmica dos produtos de financiamento (Pós-fixado) e aqueles ofertados ao cliente (Pré-fixado) o Banco está exposto ao risco de mercado, pois apresenta na dinâmica de suas atividades o risco de taxa de juros.

Para assegurar a mitigação do risco de mercado, o Banco definiu um comitê responsável pelo gerenciamento do risco na organização:

Grupo Executivo de Risco de Mercado (GERM)

Estabelecido pelo CGR o Grupo Executivo de Risco de Mercado (GERM) tem como objetivo controlar o risco de mercado de acordo com a estratégia adotada pela organização em consonância com a matriz global (Ally Financial Inc.), requerimentos do novo acordo da Basileia (BIS II) e às exigências dos reguladores.

O GERM no Banco apresenta as seguintes competências:

- aprovar e revisar anualmente a política de gerenciamento do Risco de Mercado e suas diretrizes;
- decidir sobre alterações na estratégia e política de risco de mercado, em função do cenário interno/externo;
- definir a classificação das exposições do Banco GMAC S/A entre *Banking* e Carteira de Negociação;
- deliberar sobre alçadas, limites e indicadores de monitoramento;
- acompanhar e analisar os indicadores e resultados referentes aos ativos e passivos expostos ao risco de mercado;
- avaliar o risco de mercado de novos produtos;
- receber informação sobre os assuntos relevantes de risco de mercado que devem conhecer e decidir: novos produtos, alterações relevantes;
- caso necessário, estabelecer planos de ações e acompanhamento.

Membros Permanentes: Diretor Presidente (MD); Diretor de Riscos; Diretor Financeiro (CFO); Diretor de Tesouraria; Diretor de Risco Atacado.

Políticas, estratégias e mensuração

A política relacionada ao risco de mercado do Banco estabelece as regras definidas e aprovadas pelo GERM e abrange os seguintes pontos: Metodologia de mensuração do risco, classificação das exposições, regra para novos produtos, limites operacionais, teste de estresse, *backtesting* e indicadores.

A política é revisada anualmente, porém caso haja necessidade pode ser revista de forma extraordinária.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Com o objetivo de manter o risco de liquidez em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada pelo Banco, a área de risco utiliza-se dos seguintes instrumentos:

- Cálculo do VaR (Valor em Risco): O VaR (*Value at Risk*) é uma medida, em montante financeiro, da maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo (*holding period*), dada a probabilidade de sua ocorrência dentro de um certo intervalo de confiança. A GMAC utiliza como metodologia o VaR paramétrico com o horizonte de tempo de 1 dia e um grau de confiança de 95%.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
VaR	<u>14.018</u>	<u>10.110</u>

- *Backtesting*: O *backtesting* tem por objetivo fornecer uma medida da validade do modelo de VaR utilizado, comparando a perda potencial indicada pelo VaR com os ganhos/perdas efetivamente verificados dentro do intervalo de confiança estabelecido.
- Teste de estresse: O Teste de Estresse é uma ferramenta que, através de simulações, busca quantificar o impacto negativo no portfólio gerado por uma situação de crise. Este indicador permite à instituição quantificar suas perdas em condições economias adversas.

O GERM estabelece correções imediatas conforme o planejamento e estratégia adotada pela organização, caso necessário.

O risco de mercado é acompanhado diariamente pela área de risco e mensalmente são convocadas reuniões do GERM onde o monitoramento é apresentado para a Administração. Caso haja necessidade, estas reuniões podem ser realizadas extraordinariamente.

22.5. Risco de operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Para assegurar a mitigação do risco operacional, o Banco definiu um comitê responsável pelo gerenciamento do risco na organização:

Grupo Executivo de Risco Operacional (GERO)

Estabelecido pelo CGR o Grupo Executivo de Risco Operacional (GERO) tem como objetivo controlar o risco operacional de acordo com a estratégia adotada pela organização em consonância com a matriz global (*Ally Financial Inc.*), requerimentos do novo acordo da Basileia (BIS II) e às exigências dos reguladores.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

O GERO no Banco apresenta as seguintes competências:

- aprovar e revisar anualmente a política de gerenciamento de Risco Operacional e suas diretrizes;
- determinar os níveis de risco operacional aceitáveis para a empresa;
- garantir o gerenciamento dos diversos tipos de riscos apontados, os sistemas de informação e respectivos controles internos utilizados para sua gestão;
- propor ações destinadas a mitigar e resolver os possíveis problemas operacionais relacionados a processos-chave da empresa;
- estabelecer e revisar periodicamente KRIs (*key risk indicators*) que indiquem a materialidade (ou não) das variações dos processos mapeados;
- estabelecer medidas para mitigar o impacto dos riscos identificados, casos eles ocorram;
- garantir a coleta de dados de perdas operacionais e revisar periodicamente as informações fornecidas pelas respectivas áreas;
- garantir que a alta gerência da empresa suporte os *Process Owners* na realização da revisão anual, o RCSA (*Risk and Control Self-Assessment*);
- desenvolver planos de ação e *target dates* para os riscos considerados como críticos pela empresa, a partir do resultado da revisão anual dos Riscos Operacionais.

Membros Permanentes: Diretor Presidente (MD); Diretor de Riscos; Diretor Financeiro (CFO); Diretor de Crédito Varejo; Diretor de Crédito Atacado; Diretor de Operações (Cobrança); Diretor de Tecnologia; Diretor de *Compliance*; Diretor de Auditoria; Diretor de RH; Diretor de Tesouraria; Diretor do CLC; Diretor do Jurídico.

Políticas, estratégias e mensuração

As políticas relacionadas ao processo de gerenciamento de risco operacional do Banco estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo GERO e abrangem os seguintes pontos: processo de periódico de autoavaliação, categorias de riscos operacionais, avaliação e mensuração dos riscos inerentes e residuais e avaliação de controles de processos. Adicionalmente a este ciclo, esta política também define o processo de monitoramento de indicadores de risco e coleta de dados de eventos de perdas operacionais.

As políticas são revisadas anualmente, porém caso necessário, alterações motivadas por eventos isolados em função de atualização de regulamentação, reavaliação do apetite de risco ou outros ajustes podem ser submetidas à aprovação do GERO extraordinariamente.

Os riscos operacionais são monitorados e mensurados através de diferentes processos: autoavaliação anual dos processos, onde são avaliados os potenciais impactos de cada um dos riscos identificados; avaliação da base de perdas operacionais, onde são observados os eventos e seus respectivos impactos e, finalmente, análise de eventos ocasionais que são capturados de forma pontual, em função de ocorrências fora do escopo dos *self-assessments*.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Com o objetivo de manter o risco operacional em níveis adequados, propor o tratamento de determinados riscos e incentivar a melhoria na gestão de processos, de acordo com a estratégia adotada pelo Banco, a área de risco monitora os KRIs, promove discussões sobre os eventos de risco operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelece planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotada pela organização.

A área de risco apresenta bimestralmente ou tempestivamente, no caso de ocorrência de algum evento extraordinário, os resultados das análises realizadas, eventos ocorridos e planos de ação para a Administração (Reunião bimestral do GERO). Após cada ciclo de avaliação uma matriz de risco é gerada, contendo a avaliação dos principais processos da organização. Ao final de cada ciclo, uma matriz de risco é produzida, contendo a avaliação dos principais processos da organização, bem como uma base de perdas com os eventos ocorridos e capturados no mesmo período.

23. Limites operacionais

O Banco possui estrutura de gerenciamento de capital, que visa manter permanentemente o valor de Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades.

Índice de Basileia (Índice de Adequação de Capital)

Conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). No Brasil esta relação é de no mínimo 11% para as instituições financeiras. Um índice abaixo de 11% (PR < PRE) demonstra que a instituição financeira não possui patrimônio suficiente para cobrir os riscos existentes em suas operações ativas, passivas e registradas em contas de compensação.

Grupo Executivo de Gestão de Capital (GEGC)

Estabelecido pelo CGR o Grupo Executivo de Gestão de Capital (GEGC) tem como objetivo controlar o capital de acordo com a estratégia adotada pela organização em consonância com a matriz global (*Ally Financial Inc.*), requerimentos do novo acordo da Basileia (BIS II) e às exigências dos reguladores. O GEGC no Banco apresenta as seguintes competências:

- aprovar e revisar anualmente a política de gerenciamento de Capital e suas diretrizes;
- garantir a gestão estratégica do capital, atendendo os requerimentos dos reguladores assim como a otimização da alocação do capital;
- estabelecer políticas, procedimentos e limites operacionais;
- definir e acompanhar indicadores de monitoramento;
- monitorar o capital regulatório e avaliar as projeções;
- estabelecer planos de ações e acompanhamento, caso necessário.

Membros Permanentes: Diretor Presidente (MD); Diretor de Riscos; Diretor Financeiro (CFO); Diretor de Tesouraria; Diretor de Risco Atacado.

Banco GMAC S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em milhares de reais)

Políticas, estratégias e mensuração

A política relacionada à gestão de capital do Banco estabelece as regras definidas e aprovadas pelo GEGC e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limite operacional, plano de contingência e monitoramento. A política é revisada anualmente, porém caso haja necessidade pode ser revista de forma extraordinária.

Manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada pelo Banco de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local (11%) e que ao mesmo tempo não seja excessivo, comprometendo os resultados do negócio. Os números de PR, PRE, Índice de Basileia e Índice de Imobilização são monitorados mensalmente e reportados na reunião mensal do GEGC para a Administração.

O capital é monitorado através de relatórios mensais onde são detalhados o PR, PRE e seus componentes, o Índice de Basileia, a Rban (parcela de capital requerida para operações com risco de mercado não classificadas na carteira de negociação). São realizadas também projeções futuras com o objetivo de avaliar a necessidade de capital.

	Basileia II	
	2012	2011
	Consolidado Financeiro	Consolidado Financeiro
Patrimônio líquido ajustado - Nível I	1.206.927	1.123.199
Patrimônio de referência (a)	1.206.927	1.123.199
Alocação de capital (por risco)		
- Risco de crédito	8.234.539	7.043.497
- Risco de mercado	14.018	10.110
- Risco de operacional	108.554	102.468
Patrimônio de referência exigido (b)	905.799	877.253
Margem (a-b)	301.128	245.946
Índice de solvabilidade	13,09%	13,92%

O Banco não apresenta instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência Nível II.